

# EDUCAÇÃO DO CAMPO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Elmo de Souza Lima<sup>1</sup>  
Maria Sueleuda Pereira da Silva<sup>2</sup>

## Introdução

Com este trabalho queremos refletir sobre as contribuições da educação do campo para a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável nas comunidades rurais. Para tanto, discutiremos sobre as concepções de desenvolvimento predominantes no âmbito das políticas públicas implementadas no meio rural brasileiro e piauiense, destacando as consequências para o meio ambiente, a agricultura familiar e a vida dos camponeses.

O olhar construído historicamente acerca do campo esteve associado ao subdesenvolvimento, ao atraso e à pobreza, tendo em vista que os ideais capitalistas elegeram o modelo urbano-industrial como padrão de vida ideal para as sociedades modernas. Por conta disso, o mundo rural tornou-se esquecido no âmbito dos projetos políticos da maioria dos gestores públicos, resultando na negação do campo enquanto espaço de produção cultural, social e econômica e, conseqüentemente, no abandono de milhares de famílias camponesas.

Nesse contexto, boa parte das famílias abandonou o campo e migrou para as cidades, desencadeando o processo de favelização das grandes e médias cidades, tendo como principal consequência o aumento da pobreza, da miséria e da violência. Por outro lado, os camponeses que permaneceram no meio rural articularam-se em movimentos sociais e construíram diversas lutas em defesa do direito à terra, à água, ao crédito, à educação entre outros. As lutas dos movimentos sociais do campo colocaram em pauta o debate sobre o modelo de desenvolvimento excludente e concentrador desenvolvido no país, centrado no acúmulo de capital, na concentração de terra, na exploração da mão de obra escrava, a destruição do meio ambiente, dentre outros problemas.

A partir do debate supracitado, novas políticas públicas passaram a ser gestadas no âmbito nacional (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; Programa de Aquisição de Alimentos - PAA; Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE; Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; dentre outros) que apontam para a construção de novos projetos de desenvolvimento sustentável para o país

---

<sup>1</sup> Doutorando e Mestre em Educação e professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

E-mail: [elmolima@gmail.com](mailto:elmolima@gmail.com)

<sup>2</sup> Pedagoga e aluna do Curso de Especialização Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial do Semiárido - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

através da valorização da agricultura familiar e da cultura sócio-político-organizativa dos camponeses.

Em meio aos debates acerca das políticas públicas para o campo, os movimentos sociais perceberam que a construção de novos projetos de desenvolvimento sustentável passa pela produção de novos saberes no e sobre o campo, que impulse a agricultura familiar através da produção de novos conhecimentos e tecnologias associadas à produção sustentável. Daí a importância de lutar pela construção de um projeto de educação do campo que possa, não só levar os conhecimentos aos jovens do campo, mas fomentar a produção de saberes específicos inerentes às formas de viver e produzir no campo, envolvendo os aspectos sociais, políticos, culturais e econômicos.

Diante desse contexto, os movimentos sociais vêm lutando por uma educação capaz de reconhecer as diversidades socioculturais do campo, que possibilite a valorização dos saberes e das culturas vivenciadas pelas populações camponesas ao longo dos tempos. Uma educação que partisse dos saberes dos povos do campo, problematizando-os a fim de construir novos olhares críticos acerca daquela realidade e de suas possibilidades de desenvolvimento (LIMA, 2011). Ou seja, “A ideia era reivindicar e simultaneamente construir um modelo de educação sintonizado com as particularidades culturais, os direitos sociais e as necessidades próprias à vida dos camponeses” (BRASIL, 2007, p. 11).

Diante dos vários debates, manifestações e ocupações, os movimentos sociais do campo obtiveram inúmeras conquistas, dentre elas, destaca-se a instituição das Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo, em 2001. Essas diretrizes fazem parte das reivindicações históricas dos movimentos sociais do campo, portanto trazem um conjunto de preocupações relacionadas ao:

[...] reconhecimento e valorização da diversidade dos povos do campo, a formação diferenciada de professores, a possibilidade de diferentes formas de organização da escola, a adequação dos conteúdos às peculiaridades locais, o uso de práticas pedagógicas contextualizadas, a gestão democrática, a consideração dos tempos pedagógicos diferenciados, a promoção, através da escola, do desenvolvimento sustentável e do acesso aos bens econômicos, sociais e culturais (BRASIL, 2007, p. 17).

As diretrizes operacionais, além de estabelecer novos princípios políticos e pedagógicos para as escolas do campo que atendam aos interesses e as necessidades dos jovens camponeses, criou um novo marco legal, obrigando, em seu artigo 13, que os sistemas de ensino reconstruam seus projetos de formação para o campo com base nos seguintes componentes:

I - estudos a respeito da diversidade e o efetivo protagonismo das crianças, dos jovens e dos adultos do campo na construção da qualidade social da vida individual e coletiva, da região, do país e do mundo;

II - propostas pedagógicas que valorizem, na organização do ensino, a diversidade cultural e os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática, o acesso ao avanço científico e tecnológico e respectivas contribuições para a melhoria das condições de vida e a fidelidade aos princípios éticos que norteiam a convivência solidária e colaborativa nas sociedades democráticas (BRASIL, 2003).

As diretrizes operacionais rompem com o silêncio das políticas públicas de educação das escolas do campo, resgata a educação como um direito subjetivo e reafirma que não basta ter apenas escolas, é preciso ter escolas com políticas públicas para permanência do homem no campo. Isso significa a necessidade de fortalecer a luta pela efetivação e garantia dessas escolas como espaços de reflexão das práticas desenvolvidas dentro de um contexto de vivências.

Desse modo, as diretrizes operacionais são ferramentas que subsidiam o debate sobre a Educação do Campo e impulsionam novas práticas educativas no campo. Além disso, se constitui num instrumento legal que permite a construção de projetos educativos que contraponha ao modelo de desenvolvimento implantado para atender os interesses do capital, cuja finalidade é a ampliação das riquezas materiais, proporcionando bem-estar a uma restrita parcela da população em detrimento de um povo que sofre as causas e consequências desse processo, principalmente do nordeste.

## **2 As diferentes concepções de desenvolvimento**

O debate acerca das políticas de desenvolvimento se intensificou nas últimas décadas em virtude dos graves problemas econômicos e socioambientais causados pelo modelo de desenvolvimento implementado no mundo a partir da expansão descontrolada da produção industrial, resultando na utilização irracional dos recursos naturais, na concentração de renda e na exploração da mão-de-obra.

No caso específico do campo, as políticas de desenvolvimento instituída nas últimas décadas voltam-se para o fortalecimento do agronegócio, baseado na produção em larga escala que expulsa os trabalhadores rurais, amplia o desmatamento da vegetação nativa, dissemina o uso de agrotóxicos e reduz significativamente as propriedades dos agricultores familiares responsáveis pela produção dos alimentos nos pequenos e médios municípios.

A expansão do agronegócio tem contribuído significativamente para a ampliação da política de concentração de terra e da renda e, conseqüentemente impulsionou o processo de degradação dos recursos naturais, a geração das desigualdades, a exploração e violência, bem como, a destruição das oportunidades de trabalho e a descaracterização das identidades e diversidades culturais da população do campo.

Esses projetos de desenvolvimento associados aos interesses econômicos das grandes empresas multinacionais se utilizam das riquezas naturais com a finalidade de ampliar os lucros, sem a menor preocupação com os danos socioambientais e culturais que poderão ser causados. Ou seja, são constituídos através de práticas perversas de destruição de comunidades tradicionais, com todo um arsenal histórico-cultural na área produtiva, cultural e da preservação do meio ambiente. Neste caso,

O predomínio do interesse econômico sobre a conservação do meio ambiente provoca como conseqüência imediata a degradação ambiental, através da perda da camada de solo agrícola e a redução da população de diversas espécies de plantas e de animais, além dos efeitos indiretos sobre o clima e a população humana (OLÍMPIO; MONTEIRO, 2005, p. 01)

Esse processo de modernização do campo através das agroindústrias e do agronegócio vem promovendo a expulsão dos povos do campo, obrigando-os a migrarem para as favelas das metrópoles para dá espaços às grandes áreas de produção baseado na monocultura. Além desses problemas, os agricultores familiares convivem também com a destruição de seu patrimônio sociocultural e ambiental construído através de várias gerações.

A ideia de “modernização” do campo vem se constituindo num violento processo de destruição da vida de milhares de agricultores familiares uma vez que seus espaços de produção de vida, de cultura, de valores e crenças são transformados em grandes áreas de produção de eucalipto, soja, arroz, mamona e outros. Isto é, a produção familiar construída a partir de laços de cooperação e solidariedade dá lugar ao modelo de produção agrícola artificializado e transformado num ramo da indústria, tendo como conseqüência estrutural o processo acelerado de marginalização da agricultura camponesa, cada vez mais sem papel nessa lógica de pensar o desenvolvimento (UFBA, 2010, p.47).

O atual modelo de desenvolvimento, baseado na acumulação de riqueza nas mãos de poucos, contribuiu para o esvaziamento do campo, a ampliação das periferias das grandes cidades e o aumento da concentração de terras, bem como, favoreceu a troca da adubação orgânica pela química e incentivou a produção voltada para a exportação em detrimento do

mercado interno, levando os agricultores/as ao endividamento e à perda de terras e, por que não dizer também, da privatização do saber.

No caso mais específico do nordeste brasileiro, vários estudos (FURTADO, 1980; SILVA, 2006; SOUSA, 2005) demonstram que a maioria dos problemas sociais e econômicos é devido à estrutura excludente predominante nessa região baseada na concentração da terra e da água, e na dificuldade de acesso aos meios e recursos necessários à produção agrícola e à pecuária. Para Silva (2006), os principais problemas sociais e econômicos vivenciados pelos nordestinos são decorrentes não só das questões climáticas e ambientais, mas das políticas de desenvolvimento equivocadas, associadas aos processos de exploração da população e da apropriação indevida de suas riquezas naturais.

Por outro lado, a grande concentração de terra e água nas mãos de pequenos grupos políticos e econômicos, aspectos que consolidaram o processo de dominação política pautado no autoritarismo e no abuso de poder dos “coronéis”, contribuiu definitivamente à implementação de uma cultura política baseada na submissão, no clientelismo, no paternalismo e no comodismo (SOUSA, 2005).

Além disso, as políticas de desenvolvimento para o nordeste foram centradas na construção de grandes obras hídricas, na grande propriedade rural e na agricultura irrigada, constituindo-se em políticas públicas concentradoras e excludentes incentivadoras do monopólio da propriedade da terra, resultando no fortalecimento do poder dos latifundiários em detrimento dos interesses dos camponeses.

Diante desse contexto, a década de 80 foi marcada pela organização dos camponeses em movimentos sociais e pelas mobilizações políticas que se contrapunham às políticas perversas de desenvolvimento rural, responsáveis pela negação do direito à terra aos camponeses e pela exclusão do acesso às riquezas produzidas pelo mundo rural.

Os movimentos sociais do campo (Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR; Movimento Sem Terra – MST; Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; dentre outros) exerceram um importante papel na organização dos agricultores familiares em defesa de políticas públicas que garantissem o acesso à terra, à assistência técnica, ao crédito e outros direitos necessários à produção da vida digna no campo.

O trabalho de mobilização política e social, desenvolvido pelos movimentos sociais do campo, associado aos estudos em defesa do meio ambiente e da produção sustentável trouxe à tona novas concepções de desenvolvimento voltadas para a valorização e a preservação da vida, da cultura, da produção e dos ecossistemas.

Nessa perspectiva, surgem as discussões sobre a necessidade da construção de uma política de desenvolvimento associada aos princípios da sustentabilidade. No entanto, não há consenso em torno dos conceitos e princípios que norteiam o debate sobre a sustentabilidade, termo polissêmico, compreendido e incorporado pelos diferentes atores sociais de forma difusa e plural.

Desse modo, precisamos compreender que o termo sustentabilidade vem sendo utilizado para satisfazer diferentes interesses políticos e econômicos. Para Silva (2005, p. 04),

Existe uma concepção reducionista de sustentabilidade, compreendida como adequação das atividades socioeconômicas aos limites dos recursos naturais, justificando um modelo de desenvolvimento que pode ser “limpo”, poluindo dentro de determinados limites estabelecidos pelas legislações ambientais. Ou seja, é a forma como o conceito de desenvolvimento sustentável foi apropriado pelo capitalismo: atribuindo valor monetário à poluição que se torna apenas mais um custo para os agentes econômicos e sociais poluidores e não uma questão ética, mais ampla.

Entretanto, precisamos pensar num modelo de sustentabilidade que se contraponha ao proposto pelo sistema capitalista que, por trás do discurso da preservação do meio ambiente, traz a manutenção da política da exclusão, desigualdades e concentração de renda. Em contrapartida a esse modelo, Silva (2005, p. 04) defende que:

A sustentabilidade do desenvolvimento tem por base a transformação das relações entre as pessoas e a natureza, buscando a harmonia entre o bem-estar do ser humano e do meio ambiente. Expressa o compromisso com a manutenção de todas as formas de vida no planeta, no presente e no futuro. [...] A sustentabilidade é expressa nas diversas dimensões do desenvolvimento, indo além da dimensão ambiental social (requer a vida de qualidade para todas as pessoas), cultural (respeito à diversidade e pluralismo de culturas), política (processo contínuo e participativo de conquista da cidadania e do direito de transformação da realidade) e econômica (construção de novas dinâmicas de produção e de redistribuição social das riquezas).

Dessa forma, defendemos um modelo de desenvolvimento que compreende o campo ambientalmente produtivo, culturalmente dinâmico, socialmente justo, potencialmente viável e sustentável, que também seja capaz de valorizar os sujeitos, concebendo o espaço rural como um lugar de bem-viver (CONTAG, 2009).

A proposta de desenvolvimento sustentável discutida pelos movimentos sociais do campo prima pelo fortalecimento da agricultura familiar construída a partir da valorização dos saberes locais, da preservação das culturas tradicionais e do respeito às diferentes dinâmicas organizativas, baseada na cooperação, solidariedade e construção coletiva. Além disso, está associado ao respeito à biodiversidade, ao patrimônio genético, ao meio ambiente, às

tradições, às relações, às culturas e saberes, à organização e participação política dos povos do campo.

No entanto, a construção desse modelo de desenvolvimento sustentável e solidário implica na desconstrução da ideia do desenvolvimento associada ao crescimento econômico, bem como, na mudança das práticas culturais utilizadas pelos agricultores familiares em suas atividades produtivas, baseada na destruição das matas nativas, queimada dos resíduos e utilização de fertilizantes.

Assim, as políticas de desenvolvimento sustentável e solidário devem possibilitar a execução de processos formativos que fomentem a construção de uma nova cultura de relação entre os camponeses e a biodiversidade do campo. A partir desse trabalho de reflexão crítica acerca da complexidade e das fragilidades dos ecossistemas no qual os povos do campo estão inseridos, será mais fácil implementar novas práticas socioculturais e produtivas voltadas para a sustentabilidade socioambiental e econômica.

Desse modo, torna-se necessária a realização de processos formativos que envolvam tanto as escolas do campo quanto as organizações sociais e as instituições de assessoria técnica e extensão rural, na construção de novos saberes associados às práticas agrícolas agroecológicas e sustentáveis. A sustentabilidade voltada-se para “a preservação do meio ambiente e da biodiversidade ecológica e sociocultural, mas que acontecerá a partir do momento em que o ser humano perceber que a sua relação com a natureza não é mais aquela de domínio, de controle, de exploração, mas sim de coexistência” (PARANÁ, 2009, p. 118).

A partir das discussões construídas na década de 90, acerca do desenvolvimento sustentável e solidário, os movimentos sociais vêm articulando-se com o intuito de reorientar as políticas públicas voltadas para o campo, situando-as com os princípios da sustentabilidade.

Nesse caso, os camponeses trabalham na perspectiva de construção de um projeto de desenvolvimento que valorize a cultura camponesa, reconheça a biodiversidade do campo, a beleza de seus povos, sua originalidade, suas potencialidades, sua complexidade, sua diversidade étnica e cultural e, sobretudo, compreenda que as políticas específicas para o campo devem ser pensadas a partir da realidade da vida campesina como forma de reconhecimento de seu povo como sujeito de sua história.

## **2.1 O papel dos movimentos sociais na construção das políticas de desenvolvimento sustentável**

Os movimentos sociais do campo têm se dedicado à formulação e indicação de alguns pilares para a construção de um novo modelo de desenvolvimento do campo, dentre os quais destacam-se: a) a soberania alimentar como princípio organizador de uma nova agricultura, com uma produção voltada para atender as necessidades do povo e com políticas públicas voltadas para esse objetivo; b) a democratização da propriedade e do uso da terra, onde a reforma agrária deve voltar à agenda prioritária do país como forma de reverter o processo de expulsão do campo e disponibilizar a terra para a produção de alimentos; c) uma nova matriz produtiva e tecnológica, que combine produtividade do trabalho com sustentabilidade socioambiental, o que inclui a opção pela agroecologia; d) o princípio da cooperação, em lugar da exploração, para organizar a produção; e) a mudança da matriz energética; f) o avanço na organização política, econômica e comunitária dos camponeses e pequenos agricultores.

A construção desse modelo de desenvolvimento do campo defendido pelos movimentos sociais pressupõe a superação do modo de produção capitalista. A resistência a esse projeto tem possibilitado que os trabalhadores do campo lutem pelos seus interesses de classe e avancem em suas organizações (UFBA, 2010, p. 49).

As lutas dos movimentos sociais em defesa da sustentabilidade no campo estão associadas prioritariamente ao fortalecimento da agricultura familiar. O estudo desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) define agricultura familiar a partir de três características centrais:

a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantém entre si laços de sangue ou casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996, p. 04).

Os estudos apontam que a agricultura familiar traz diversas contribuições para o processo de dinamização econômico e social dos territórios rurais. Dentre essas contribuições, podemos destacar: a) seu importante papel na garantia da segurança alimentar; b) seu potencial para promoção da sustentabilidade ecológica através de sua capacidade de conviver de forma harmônica com ecossistemas naturais; e c) sua contribuição na preservação da identidade cultural dos camponeses através da valorização e resgate do modo de vida que associa conceitos de cultura, tradição e identidade.



Além disso, o estudo realizado pela INCRA/FAO demonstra que o simples acesso à terra, somado a um apoio governamental mínimo, permite aos agricultores familiares obterem um nível de vida muito superior aos trabalhadores assalariados do campo ou cidade, tanto em termos de superação da pobreza rural como a situação de emprego (INCRA/FAO, 1996).

Entretanto, apesar dessas contribuições, a agricultura familiar nunca foi prioridade no contexto das políticas de investimento no campo. No Plano Safra 2009/2010 foram destinados R\$ 93 bilhões para o agronegócio e semente, além de 15 bilhões para a agricultura camponesa. Apesar do Censo Agropecuário de 1996 demonstrar que do total de 4.859.864 estabelecimentos rurais existentes no Brasil, 85,17% são estabelecimentos familiares. Outro grande desafio referente à agricultura está relacionado ao acesso à terra, pois apesar dos agricultores familiares representarem mais de 85% dos estabelecimentos rurais, ocupam apenas 30,49% da área total (INCRA/FAO, 2000).

Além disso, os agricultores familiares convivem com a ausência de políticas de assessoria técnica para o desenvolvimento de novos saberes e tecnologias que impulsionem os processos de produção sem a utilização de agrotóxicos e a destruição do meio ambiente. Faltam-lhes novos conhecimentos e tecnologias que permitam ampliar a produção sem destruir o meio ambiente e as tradições culturais.

É nesse contexto da produção de novos saberes e tecnologias associado aos processos produtivos da agricultura familiar que a educação do campo dará a sua maior contribuição, despertando nos jovens do campo a capacidade de pensar o seu contexto como espaço viável no campo econômico, social e cultural.

### **3 As contribuições da educação do campo para o desenvolvimento sustentável**

A construção de novas políticas de desenvolvimento sustentável requer o desenvolvimento de novas formas de pensar e conviver no/com o mundo. Daí a importância da educação na construção de um olhar crítico, de acordo com a realidade sociocultural e ambiental em que vivemos no sentido de pensar alternativas que apontem novos caminhos e novas perspectivas de desenvolvimento.

O debate sobre o desenvolvimento sustentável nas escolas do campo passa pela desconstrução da ideia de desenvolvimento disseminada nos meios de comunicação que distorcem completamente a proposta de desenvolvimento e sustentabilidade, apresentando aos jovens a filosofia do consumo como uma alternativa de vida moderna e desenvolvida. As práticas educativas desenvolvidas nas escolas, além de problematizar esses discursos,

precisam mostrar aos alunos os equívocos dessas práticas e seus efeitos perversos na vida das pessoas das classes populares e na biodiversidade do planeta, pois como defende Duarte e Grigolo (2006, p. 109),

As propagandas levam a imaginar sempre uma vida melhor na cidade. Mas a maioria recebe o salário e não tem para pagar as contas e ainda tem que gastar com a imagem (moda) para ser reconhecido. [...] A pressão sobre o jovem no interior quanto à imagem e à moda também existe, mas é menor. É preciso ter um olhar diferente sobre a cidade na relação com o campo para melhor compreender a realidade. Não é só porque é da cidade que é ruim e não é porque é do campo que é bom. Precisamos de um olhar que mostre as contradições, tanto da cidade quanto do campo. No campo é difícil ter um projeto claro, assumido, decidido. Parece que ao sair do campo superam-se os problemas, como se na cidade não houvesse a mesma sociedade excludente, capitalista. Cidade e campo precisam repensar-se, porque hoje são controlados pelas empresas que definem o padrão de vida e de pensamento (DUARTE; GRIGOLO, 2006, p. 109).

Precisamos fazer um debate sobre o desenvolvimento sustentável que rompa com essa dicotomia entre campo e cidade e apresente novas possibilidades de articulação entre esses dois espaços enquanto complementares e interdependentes. Ambos dependem um do outro para desenvolver-se e oferecer melhores condições de vida à população.

Nessa perspectiva, os desafios colocados às escolas do campo demonstram que o campo e a cidade são espaços diferentes, com suas especificidades e singularidades além dos seus problemas e contradições. É importante perceber que ambos passam por profundas transformações que criam cada vez mais laços de interligações e complementaridades.

Além disso, precisamos demonstrar aos jovens que, a partir do avanço tecnológico, inúmeras transformações estão ocorrendo nesses espaços. E o campo não é mais aquele lugar subdesenvolvido e atrasado, já que a população tem acesso às novas tecnologias e aos novos conhecimentos que permitem o desenvolvimento de novas estratégias de produção cultural e econômica. Como também a cidade não se enquadra mais naquele discurso de modernidade e desenvolvimento, pois boa parte de sua população convive com inúmeros problemas sociais relacionados com a insegurança, o desemprego, a falta de transporte, escolas, dentre outros.

Nesse caso, campo e cidade buscam através desse reencontro soluções complementares para os seus problemas. Atualmente, convivemos com grupos que estão na cidade e querem voltar para o campo reconstruindo suas vidas a partir de práticas saudáveis e sustentáveis, temos também pessoas que buscam a cidade para a realização de sonhos profissionais, entre outras opções.

Dessa forma, acreditamos que o papel da educação do campo não é impor aos alunos modelos ou projetos de vida, mas conscientizá-los das diferenças, contradições e

possibilidades que esses espaços oferecem para eles terem a opção de fazer suas escolhas de forma madura e consciente. Além disso, a escola precisa oferecer aos alunos conhecimentos e tecnologias, permitindo-os reinventar as formas de viver e produzir no campo, garantido sustentabilidade e qualidade de vida.

A educação do campo comprometida com a construção de novas alternativas de desenvolvimento sustentável deve criar projetos educativos que permitam a valorização dos saberes socioculturais dos camponeses e a reflexão crítica acerca das potencialidades e dos problemas vivenciados no campo, favorecendo a construção de um olhar crítico acerca dos desafios e das possibilidades existentes na perspectiva do desenvolvimento sustentável e solidário.

Somente através do reconhecimento de seus potenciais, enquanto protagonistas das políticas de desenvolvimento rural, os camponeses poderão ampliar seus processos organizativos e buscar as condições para a implementação de novas políticas e práticas voltadas à sustentabilidade do campo.

Daí a importância da parceria entre as escolas do campo, os movimentos sociais e as instituições de assessoria técnica e extensão rural, pois através dessa articulação será possível pensar práticas formativas associadas aos projetos de desenvolvimento local que de fato promovam mudanças significativas nas comunidades rurais. Como dizia Freire (1997), se a educação não é capaz de permitir a transformação da realidade, sem ele torna-se ainda mais difícil as transformações ocorrerem. Neste caso, a escola pode se colocar na condição de mobilizadora de conhecimentos, tecnologias e saberes que fomentem processos organizativos e políticos voltados para a articulação de novas parcerias entre os grupos e as organizações sociais com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável.

O conhecimento das potencialidades locais e das possibilidades de desenvolvimento é uma das principais atividades a serem explanadas pela escola comprometida com a sustentabilidade no meio rural. Ou seja, a construção de projetos de desenvolvimento sustentável passa pelo trabalho de reconhecimento dos aspectos socioculturais, ambientais e econômicos das comunidades para que, através desse processo, se visualize os caminhos que serão trilhados na área da formação e implementação das práticas de intervenção que possibilitará a gestão das políticas de sustentabilidade.

No entanto, esse não pode ser um processo autoritário e impositivo, porque um dos princípios básicos da sustentabilidade é a construção coletiva dos processos formativos e de intervenção. Nesse aspecto, a sustentabilidade se constitui a partir dos sonhos, dos desejos coletivos e através do reconhecimento e da potencialização das riquezas culturais, sociais e

ambientais dos grupos. Não há desenvolvimento sustentável se as atividades e projetos não estiverem em sintonia com os processos organizativos e culturais das pessoas.

É importante a educação do campo ser construída enquanto prática social alimentada pelos sonhos e desejos coletivos, além de ser um reflexo dos interesses dos grupos sociais que atuam no contexto da escola. Logo a escola não está para determinar os sonhos e projetos das pessoas, mas para contribuir na construção de saberes que permitam a concretização dos sonhos e projetos coletivos. Constitui-se numa ferramenta imprescindível na democratização de conhecimento e tecnologias que auxiliarão as pessoas na compreensão do mundo e na produção de novas perspectivas de vida.

Nesse sentido, as diferentes áreas do conhecimento trabalhadas nas escolas oferecerão aos jovens a possibilidade de produzir novos conhecimentos que permitam desenvolver um olhar multidisciplinar sobre a realidade do campo, compreendendo-o em sua complexidade e singularidade, consentindo a produção de projetos que superem a lógica fragmentada que muitas vezes se contrapõe aos princípios da sustentabilidade.

A educação para o desenvolvimento sustentável deve ser construída a partir dos saberes locais, tendo a realidade sociocultural, ambiental e produtiva como ponto de partida e de chegada dos processos educativos. Assim, o trabalho pedagógico necessita estar associado às práticas culturais desenvolvidas pelos camponeses. Desse modo, no ensino com pesquisa, os alunos serão desafiados a pesquisarem e refletirem sobre as dinâmicas organizativas e produtivas da comunidade, identificando os elementos que precisam de uma reflexão coletiva aprofundada na perspectiva de redefinir práticas e ações, buscando assim o caminho para a sustentabilidade econômica, socioambiental e cultural.

Sendo assim, as práticas educativas construídas a partir dos princípios da sustentabilidade devem articular-se a partir das seguintes dimensões: a) *A dimensão social*: direciona para a criação das condições que garantam a qualidade de vida, a redução da pobreza e da miséria; b) *A dimensão cultural*: imprescindível para construir novas formas de relação entre homens e mulheres e entre o ambiente natural e social; c) *A dimensão econômica*: necessária para criar alternativas de produção apropriada e solidária que garanta a geração e distribuição de renda; d) *A dimensão ambiental*: é imprescindível para que se adotem práticas culturais que favoreçam o uso sustentável, a conservação e a preservação dos recursos naturais; e, e) *A dimensão política*: indispensável ao fortalecimento da sociedade civil e à participação cidadã na formulação e conquista de políticas públicas para o campo (SILVA, 2006).

A partir do trabalho com estas dimensões, as escolas irão fomentar nos jovens do campo um olhar crítico acerca das alternativas de desenvolvimento e das possibilidades de reinvenção dos processos organizativos e políticos, visando a conquista de políticas públicas que dêem conta das necessidades da comunidade no contexto da produção da sustentabilidade.

Entretanto, diante desse contexto, precisamos de uma escola do campo que se constitua a partir dos princípios democráticos. Uma escola construída pelos sujeitos do campo, que contemple nos projetos de formação os interesses, os sonhos e as necessidades formativas dos grupos sociais do campo. Aberta aos saberes socioculturais e à participação de todos os camponeses com suas diferenças e singularidades.

Assim, as instituições de ensino situadas no contexto do campo devem adotar práticas políticas e pedagógicas voltadas à mobilização e problematização da comunidade, despertando-a para a construção de caminhos que possibilite a solução dos problemas sociais e, conseqüentemente a consolidação das políticas de sustentabilidade.

Para tanto, as práticas educativas desenvolvidas no campo devem reconhecer e despertar os camponeses para o exercício da cidadania. Além disso, precisa conscientizá-los da importância da organização comunitária na construção das alternativas de desenvolvimento e na conquista de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade no campo.

### **Considerações finais**

É notório o crescimento do debate sobre o desenvolvimento sustentável nos últimos anos, envolvendo os mais variados setores da sociedade. No entanto, esse debate não é linear nem homogêneo, mas se consolida a partir de bases conceituais e interesses difusos e plurais. Até mesmo entre os movimentos sociais e setores mais progressistas que atuam em defesa das políticas públicas do campo não há um consenso em torno dos princípios e concepções acerca do projeto de desenvolvimento sustentável.

Dessa forma, a compreensão acerca dos princípios que norteiam as discussões sobre o desenvolvimento e a sustentabilidade torna-se um dos desafios aos professores e às escolas. Uma vez que o debate sobre a sustentabilidade nas escolas não pode limitar-se às oficinas de materiais reciclados, aos estudos desenvolvidos nos livros didáticos, aos projetos pontuais de reflorestamento e hortas escolares. Deve envolver discussões mais amplas e profundas acerca do modelo de vida constituído pelos sujeitos do campo.

Diante da complexidade do tema, o debate sobre a sustentabilidade deve nortear o projeto político pedagógico da escola, norteando todo o seu fazer educativo, pois tem uma relação direta com o modelo de sociedade que se deseja construir e o perfil de sujeito que se deseja formar. Passa pelos princípios políticos e filosóficos que norteiam o currículo e, principalmente pelo processo de seleção dos conteúdos.

Nessa perspectiva, pensar um projeto educativo comprometido com o desenvolvimento sustentável exige o enfrentamento de alguns desafios: 1) pensar um currículo integrado com o contexto sociohistórico, ambiental e cultural do campo; 2) produzir materiais didáticos contextualizados que possibilitem a compreensão crítica do campo com seus problemas e potencialidades; 3) ampliar os processos de formação docente voltados para a compreensão do campo e suas diversidades; 4) construir novos modelos de gestão da educação que primem pela construção coletiva, pela democratização da escola e suas práticas educativas; 5) equipar as escolas com recursos didáticos e tecnológicos que possibilitem o desenvolvimento de práticas educativas dinâmicas e inovadoras, dentre outros.

Além disso, compreendemos que a construção de projetos educativos comprometida com a sustentabilidade passa também pelo reconhecimento e a valorização dos diferentes sujeitos que vivem do campo, com seus saberes e práticas diferenciadas e carregadas de significados políticos e culturais.

Por fim, acreditamos que o desenvolvimento sustentável se consolida na medida em que a democracia se efetive em sua radicalidade, onde os diferentes sujeitos sejam respeitados e vistos como protagonistas das políticas de desenvolvimento em meio às suas diferenças e singularidades, independentemente de cor, raça, orientação sexual, gênero, classe social, opção religiosa e ideológica.

## **Referências**

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. MEC, SECAD, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 36/2001. **Diretrizes Operacionais da Educação Básica para as Escolas do Campo**. Brasília: MEC/CNE, 2003.

CAMPANHOLA, C.; LUIZ, A. J. B.; RODRIGUES, G. S. Agricultura e impacto ambiental. In: **Simpósio sobre os Cerrados do Meio-Norte**, 1997, Teresina. Anais... Teresina: EMBRAPA, CPAMN, 1997. p. 159 - 169.

DUARTE, V. P. GRIGOLO, S. C. (Orgs). **Agroindústria associativa/familiar: o mito da viabilidade**. Francisco Beltrão/PR: ADMR, 2006.

FREIRE, P. **Política e educação**. São Paulo: Cortez, 1997.

FURTADO, Celso. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar**. São Paulo: Nacional, 1980.

INCRA/FAO. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação. “**Perfil da Agricultura Familiar no Brasil: Dossiê estatístico**”. Proyecto UTF/BRA/036. Brasília, 1996

\_\_\_\_\_. Novo retrato da agricultura familiar – o Brasil redescoberto. Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO. Brasília. Fev, 2000.

LIMA, Elmo de Souza. **Formação continuada de professores no semiárido: Ressignificando saberes e práticas**. Teresina: EDUFPI, 2011.

OLIMPIO, João Adauto; MONTEIRO, Maria do Socorro Lira. Impactos modernos da agricultura sobre o solo e biodiversidade no cerrado em Palmeira do Piauí e Currais. **Carta Cepro**. v. 23, n. 1, Teresina, 2005.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Coordenação da Educação do Campo. **II Caderno Temáticos da Educação do Campo**. Curitiba: SEED-PR, 2009.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-árido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Tese de Doutorado. Brasília: UNB, 2006. 298p.

\_\_\_\_\_. Dilemas e perspectivas da construção local e territorial do desenvolvimento sustentável e solidário. Fórum Estadual de Economia Solidária. João Pessoa, PB, 2005.

SOUSA, Maria Sueli Rodrigues de. **Imaginário social de Semi-árido e o processo de construção de saberes ambientais: o caso do município de Coronel José Dias – Piauí**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Teresina: UFPI, 2005.

UFBA. Universidade Federal da Bahia. **Cadernos didáticos sobre educação no campo**. Salvador: EDITORA, 2010.

### **Como fazer citação deste artigo:**

LIMA, Elmo de S.; SILVA, Maria Suleuda P. da. Currículo das escolas do campo: perspectivas de rupturas e inovação In: LIMA, Elmo de Souza; SILVA, Ariosto Moura da. **Diálogos sobre Educação do Campo**. Teresina: EDUFPI, 2011.